

ECOLOGIA OU ECOLLORGIA?

Uma Avaliação da Política Ambiental do Governo Collor

MAURÍCIO WALDMAN¹

Dentro da onda conservadora neoliberal, podemos destacar vários governos latino-americanos: Menem na Argentina, Salinas no México e Collor de Melo no Brasil. Enquanto uma das mais marcantes experiências do receituário neoliberal, o "Projeto Brasil Novo" mostrou, nas iniciativas visando reorganização social, política e econômica, os mesmos pressupostos das demais políticas aplicadas no restante da América Latina.

Um ponto, no entanto, destaca a experiência brasileira frente às demais: a questão ambiental. Ela não está dissociada de uma dimensão utópica neoliberal, cujas características gerais seriam:

- 1) Julgamento da economia de mercado como *fim da história*, considerando-se a crítica aos seus processos de acumulação - geradores de miséria e recessão - como emocionais ou então, como contrários à modernidade.
- 2) Entender como possível uma plena satisfação das necessidades de todos os consumidores, que passariam a viver em um mundo coalhado por mercadorias sob a égide da tecnologia de ponta.
- 3) Desestatização da economia, via sucateamento das empresas e serviços públicos, tidos por ineficazes e perdulários.

A Nova Utopia

Para além dos três pontos citados, no eixo central desta nova utopia está a questão ambiental, que faz a costura geral das ideias. No horizonte ideológico do neoliberalismo, está uma produção econômica de caráter sustentado (ou auto-sustentado), racional, não-predatório, conciliando a apropriação privada da Natureza com equilíbrio ambiental. Trata-se de uma preservação da Natureza como garantia para o chamado *Nosso Futuro Comum*, harmonizando países e classes sociais no interior de uma Nova Ordem Econômica, reformulação da mesma que tem perpetuado um esquema de dominação voltado contra os trabalhadores e o Terceiro Mundo.

Estas metas ambientais do neoliberalismo não escapam à visão crítica dos ecologistas. O movimento ecológico progressista tem reprovado os fundamentos da utopia neoliberal, contestando sua visão de progresso (na qual poucos progridem e muitos empobrecem), desqualificando eticamente um princípio de acumulação que é base para o consumismo desenfreado das elites e levantando dúvidas de que uma sociedade simplesmente dividida entre consumidores e mercadorias seria a tão sonhada nova sociedade.

O movimento ecológico tem se mostrado um elemento fortemente tensionador, rebelde e questionador de uma organização social que não conseguiu responder satisfatoriamente as aspirações da sociedade civil do planeta. Tem se mostrado um obstáculo ao avanço da doutrina neoliberal, cujo receituário delineia uma nova revolução burguesa internacionalmente em curso.

¹ Sociólogo, Ativista da Campanha Viva a Billings Viva! e Coordenador do Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo (SP).

Desta forma, é evidente que o Projeto Brasil Novo, ao propor orientação neoliberal para todas as políticas setoriais, tem na cooptação da questão ambiental uma das suas principais metas. No caso, copia um padrão de gestão da questão ecológica na qual esta deixa de constituir empecilho para tornar-se uma prática institucional de Estado, preocupada em manter um signo ecológico claro ou forte apenas enquanto veículo de legitimação de suas relações com o capital. Ainda que precariamente, é, a sua maneira, moderno, ao pretender adaptar práticas ambientalistas corriqueiras no Primeiro Mundo.

Este pano de fundo explica as razões do convite encaminhado ao veterano ecologista José Lutzemberger para ingressar no Ministério Collor. Militante ambientalista pioneiro no Brasil, Lutzemberger ganhou notoriedade por diversas lutas ambientalistas, em especial contra a Borregarde, transnacional de celulose instalada no Rio Grande do Sul. Seu nome também se associa à tese Gaia, uma visão holística dos processos e ciclos naturais, muito popular entre ecologistas e ecólogos.

A aceitação do convite por José Lutzemberger não constitui mera cooptação. Pelo contrário, seu ingresso no Governo Collor foi coerente com seu ideário. Ao lado da imagem de isenção e de imparcialidade que Lutzemberger sempre procurou cultivar, encontramos um discurso que ignora a divisão em classes em que se encontra dividida a sociedade, sendo objetivamente pós-classista e na realidade, de compromisso com a ordem social existente. Assim, paralelamente à crítica contra a devastação promovida pelas empresas estatais/nacionais/transnacionais, Lutzemberger jamais questionou a existência destas empresas enquanto resultado de um processo predatório historicamente inscrito.



Lutzemberger no Contra-Congresso paralelo ao do Fundo Monetário Internacional, Berlim. Setembro de 1988.

Assim, sua atuação distinguiu-se no combate aos efeitos da degradação ambiental, mas não suas causas mais profundas. Não é, pois surpreendente, que Lutzemberger tenha se destacado não só na luta contra a poluição gerada pela Borregarde (que na atualidade atende pela denominação Riocell), como também, pela autoria dos projetos de despoluição do Rio Guaíba executados pela mesma Borregarde. Mais ainda, a transnacional Riocell conta há vários anos com os serviços da Tecnologia Convivial Ltda, empresa de propriedade de José Lutzemberger. Estes fatos mostram uma lógica que poderia estar sintetizada na formulação pela qual é preciso mudar alguma coisa nas relações entre o Capital e o Meio Ambiente para que esta relação permaneça absolutamente a mesma. *Trata-se do que se convencionou denominar de Capitalismo Verde ou Eco-capitalismo.*

Expressão ambiental do neoliberalismo em sua versão verde-amarela, a atuação de Lutzemberger teria, desta forma, as seguintes justificativas:

- 1) Apaziguar os ânimos exaltados da opinião pública internacional, inconformada com os desmandos ambientais da administração José Sarney. Lutzemberger, em Brasília denotaria uma preocupação ambiental por parte do Brasil Novo e ademais um "verde" no Planalto Central seria um "sinal verde" para o retorno dos outros "verdes", aqueles que foram bloqueados nos centros financeiros internacionais pela falta de sensibilidade ecológica do governo anterior.
- 2) Sustentar, através de uma política ambiental, uma imagem de modernidade para a Administração Collor, no qual a preocupação com o meio ambiente estaria locada no próprio centro decisório do poder.
- 3) Apontar para novas articulações econômicas inseridas no quadro geral da Divisão Internacional do Trabalho, tendo por base o conceito de Desenvolvimento Sustentável. Neste, a economia de mercado, juntamente com medidas sociais paliativas e a crença no avanço tecnológico como fator de industrialização limpa e ecologicamente aceitável constituem suas principais premissas. Obviamente, nada nestas novas articulações garante tratamento diferenciado para o Terceiro Mundo e setores oprimidos, que continuarão sustentando em nome da ecologia, a insustentabilidade geral da ordem econômica internacional.
- 4) Articular uma política de "preservação" coerente com as demandas de "conhecimento científico" dos países do Primeiro Mundo, em especial no tocante às florestas tropicais úmidas (caso da Amazônia), cujos bancos genéticos, os maiores do mundo, estarão colocados a serviço da reprodução da ordem capitalista em uma nova fronteira biológica visando o Século XXI. A esta "política de preservação" associam-se medidas como a Conversão da Dívida Externa por investimentos ambientais e outras igualmente acopladas aos grandes temas da vida pública nacional. No caso da Conversão da Dívida Externa (internacionalmente conhecida como *Debt for Nature Swap*), procura-se legitimar ecologicamente o pagamento da Dívida e mais ainda, outras formas de conversão, voltadas para a desestatização/privatização da Economia Nacional. A transferência de empresas/serviços públicos para a alçada da iniciativa particular é também trabalhada subliminarmente por outro signo de conotação preservacionista: a eficiência impeditiva do desperdício e da irracionalidade no uso dos recursos naturais.

Uma Política Ambiental Descolada da Sociedade Civil

A atuação ambiental de Collor/Lutzemberger acompanhou o rumo geral de implantação do Projeto Brasil Novo. Executada juntamente com os pacotes econômicos, "surpreenderam e indignaram" a comunidade ambientalista em todo o país. A medida provisória nº 150, criou, por exemplo, o SISNAMA (Sistema Nacional de Meio Ambiente), vinculado ao Conselho de Governo, que tem, por sua vez, o secretário da SAE (Secretaria de Assuntos Estratégicos, avatar do "extinto" SNI - Serviço Nacional de Informações) como seu secretário-executivo. O SISNAMA é retrocesso mesmo com relação à Administração José Sarney, na qual as entidades ambientalistas, reunidas no CONAMA (Conselho Nacional de Meio Ambiente), possuíam poder de pressão muito maior.

O descolamento para com a sociedade civil marca a política ambiental de Collor/Lutzemberg, cujo caráter, por exemplo, fica evidenciado em medidas como o apoio dado à chamada Conversão da Dívida Externa por Proteção Ambiental. No rescaldo de fulminante viagem ao exterior na qual recebeu elogios públicos do presidente norte-americano George Bush por sua política ambiental, Collor anunciou apoio à proposta da Conversão, repudiada por amplo universo de segmentos sociais, políticos e pelo próprio movimento ecológico. Deste modo, a Natureza passou a ser critério para assegurar relações harmoniosas e complementares com os centros de poder mundial.

Outras medidas, como menor orçamento para as forças armadas e a delimitação das terras do povo Yanomami, também não escapam deste viés. Elas não constituem, conforme apregoam alguns setores,

exemplos de qualquer sensibilidade ambiental por parte da Administração. Da mesma, forma que a Conversão, elas se inscrevem em outra ordem de preocupações.

É evidente, no caso do orçamento militar a aceitação das pressões dos países centrais visando o não fortalecimento da indústria bélica no Terceiro Mundo, que na esteira da Guerra do Golfo (1990) e da polarização Norte-Sul (substituindo o confronto Leste-Oeste, anulado juntamente com o fim do mundo socialista), procura assegurar o monopólio do poder militar para os países desenvolvidos do Norte. Tal medida, portanto, está muito longe de estar ajustada a alguma proposta pacifista.

Quanto aos Yanomamis, é necessário recordar que a questão ganhou notoriedade graças a diversas campanhas internacionais promovidas por organizações não-governamentais, grupos indigenistas e ecológicos. A delimitação do território Yanomami, mesmo contrapondo-se a setores da corporação militar que sempre viram nesta delimitação uma suposta erosão do princípio da soberania nacional, resulta também do reforço adicional consubstanciado no fato do país sediar o encontro internacional de meio ambiente promovido pelas Nações Unidas (ONU) o Eco-92.

Ao mesmo tempo, o sucateamento generalizado do aparato de Estado atingiu também os poucos espaços institucionais voltados para a questão ambiental. O IBAMA (Instituto Brasileiro de Meio Ambiente), de acordo com denúncia divulgada pela UPAN - União Protetora do Ambiente Natural (RS), está com 90% de seu orçamento para custeio operacional indisponível, ao passo que 95% do orçamento para investimentos estão igualmente cortados até segunda ordem.

O Governo Collor, representando um arco de alianças antagônico ao campo progressista, não deixaria de utilizar a questão ecológica como uma cunha, voltada contra os interesses populares. Sua preocupação é reforçar a hegemonia, através da utilização de um signo ecológico, da presença dos interesses externos na economia nacional, aproveitando inclusive o clima gerado pela realização, no Rio de Janeiro, do Eco-92. Pensar o contrário é subestimar o projeto que o governo Collor propõe para o Brasil.



Fernando Collor de Melo e o presidente dos EUA, George Bush

Assim sendo, não é um acaso que a política ambiental de Collor seja saudada pelos grandes interesses econômicos, cansados do discurso "nacionalista" e atrasado de José Sarney, que não mais atendia aos arranjos internacionais que se articulam neste final de século. De forma exemplar, Armeane Choksi, diretor do

Departamento do Brasil no Banco Mundial, observa "mudança dramática (isto é, para melhor) da política ambiental do Governo Collor em relação ao governo anterior".

Os elogios são procedentes. A política ambiental de Collor/Lutzeberger inscreve-se em um *novo internacionalismo de direita*, que afirma, em nome da consciência de que o globo terrestre é uma "coisa viva" e "unida", "com interesses comuns", a inexistência de fronteiras políticas e econômicas. Reflete também novas tendências surgidas no seio das elites, que "evoluíram" ecologicamente, originando categoria empresarial de novo tipo: os "eco-empresários", que ao lado de príncipes e banqueiros, constituem os mais novos sócios do clube dos defensores da Natureza. A política ambiental de Collor enraíza-se portanto em um *ecologismo de resultados* preocupado em obter concessões ambientais sem questionar as relações de poder e a forma de apropriação da Natureza.

Estas críticas não significam questionamento da perspectiva que vê a questão ambiental como essencialmente planetária. Os problemas sócio-ambientais transcendem as fronteiras nacionais. Todavia, essa perspectiva não autoriza ausência de um projeto nacional que incorpore a perspectiva planetária. O projeto político do governo Collor manipula a questão ambiental para justificar a desregulamentação da economia e sua abertura para o capital estrangeiro. Questões-chaves como a democratização do acesso à terra e o não pagamento da Dívida Externa não têm merecido nenhuma atenção por parte do governo, essenciais para a construção de um projeto de desenvolvimento com justiça social e responsabilidade ecológica. A questão urbana, particularmente a habitacional, permanece solenemente sem nenhum plano de ação.

O descolamento desta política ambiental para com a sociedade civil organizada é absoluto e tem sido a marca do Projeto Brasil Novo desde os seus primeiros dias. Iniciativas que podem ser tomadas como positivas, já foi visto, inscrevem-se muito mais num contexto de pressões internacionais do que como parte de um projeto nacional. Sem a resolução da questão agrária, urbana e energética, entre tantas outras, as agressões ao meio ambiente continuarão de forma irreversível, motivando possível recrudescimento de medidas autoritárias a pretexto de conter a devastação.

A "ecologia" do governo Collor difere substantivamente da luta ecológica desenvolvida há décadas no mundo inteiro. É sua variável neoliberal com cor local, uma *Ecollorgia*, que não possui nada em comum com as generosas aspirações ambientalistas. Pelo contrário, é sua versão degenerada. A utopia neoliberal, ao contrário do que é defendido por seus arautos, não garantirá riquezas para todos e muito menos converterá o planeta em um novo Jardim do Éden. Uma política ambiental que conta com o beneplácito dos centros financeiros internacionais e respaldo político das grandes potências (as mesmas que têm depredado deslavadamente o conjunto do Terceiro Mundo) não pode ser saudada por ninguém realmente preocupado com a defesa do meio-ambiente. Tal círculo de parceiros, politicamente suspeito, desmoraliza qualquer pretensão ecológica desta política.

O país ainda espera por uma política ambiental verdadeira, na qual o meio ambiente seja o caminho por excelência para a justiça social, da democracia e é claro, de uma preocupação autêntica com a Natureza, garantindo a perpetuação dos nossos filhos e netos neste pequeno planeta chamado Brasil.

**AUTORIZADA A CITAÇÃO E/OU REPRODUÇÃO DESTES ARTIGOS,
DESDE QUE MENCIONADA A REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA QUE SEGUE:**

WALDMAN, Maurício. *Ecologia ou Ecollorgia? - Uma avaliação da Política Ambiental do Governo Collor*. Publicado originalmente em alemão sob o título *Okologie oder Ocollorgie? Lutzeberger: Umweltpolitik auf neoliberal - eine polemik*. Revista Latein Amerika Nachrichten, Berlin, República Federal da Alemanha, nº 205/20, p. 10-14, 1991.

TEXTOS DO MESMO AUTOR RELACIONADOS COM O TEMA:

MEIO AMBIENTE & ANTROPOLOGIA, EDITORA SENAC, 2006.

Saiba Mais: http://www.mw.pro.br/mw/mw.php?p=antrop_meio_ambiente_e_antropologia&c=a

ÁGUA E METRÓPOLE: LIMITES E EXPECTATIVAS DO TEMPO, TESE DOUTORADO USP, 2006,

Saiba mais: http://www.mw.pro.br/mw/mw.php?p=geog_agua_e_metropole&c=g

**PALESTRAS, CURSOS E OFICINAS SOBRE MEIO AMBIENTE
DESENVOLVIDOS POR MAURÍCIO WALDMAN**

Saiba Mais: http://www.mw.pro.br/mw/mw.php?c=o&p=cursos_e_palestras

MAURÍCIO WALDMAN - INFORMAÇÕES PORMENORIZADAS

Home-Page Pessoal: www.mw.pro.br

Biografia Wikipedia English: http://en.wikipedia.org/wiki/Mauricio_Waldman

Currículo no CNPq - Plataforma Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3749636915642474>